CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

POLÍTICA

Sindicatos se queixam de prazo

PREVIDÊNCIA Representantes de servidores estaduais reclamam que os processos de aposentadoria levam até 6 meses para serem efetivados; GoiasPrev contesta com média menor e reforço na equipe

NOTÍCIAS DO FUNCIONALISMO

Carla Guimarães
carla.guimaraes@opopular.com.br

Diomício Gomes



Maria Ferreira Ribeiro, do Sintego, diz que faltam analistas na GoiasPrev

O tempo de espera para concessão de benefícios e a demora na atualização de dispositivo para consulta das novas regras de aposentadoria pela Goiás Previdência (GoiasPrev) são motivos de queixas de representantes de servidores públicos do Estado.

Segundo a diretora e secretária de saúde do trabalhador do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego), Maria Ferreira Ribeiro, conhecida como Ferreirinha, os processos de aposentadoria estão levando até seis meses ou mais para serem publicados no *Diário Oficial do Estado*.

"A dificuldade que está tendo é que lá tem pouco analista", cita a diretora. Ela informa que a entidade reivindica junto ao presidente da GoiasPrev mais servidores na gerência que faz a análise de aposentadoria. "Lá só tem quatro analistas para analisar os processos do Estado todo e duas procuradoras para revisar os processos."

> *"Precisamos que isso seja corrigido urgentemente"*
>
> **Nylo Sérgio José Nogueira Junior, presidente do Sindipúblico, sobre demora na averbação de tempo de serviço dos servidores**

Segundo Maria, o pedido do sindicato à GoiasPrev por mais servidores é recente. "Até 2018 era mais rápido, e tinham mais pessoas", diz. Ela aponta que a "lentidão" começou em 2019. "O normal antes era de 30 a 45 dias para ser analisado."

Advogado do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Goiás (Sindipúblico), Thiago Moraes informa que a Lei Complementar estadual nº 77/2010, que dispõe sobre a adequação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) e Regime Próprio de Previdência dos Militares (RPPM) não determina um prazo para a GoiasPrev dar resposta de análise de um benefício.

No entanto, conforme o advogado, a Lei 13.800/2001, que regula o processo administrativo no âmbito da administração estadual, estabelece o prazo de 30 dias para decisão, podendo ser prorrogado por igual período. Ele explica que esta é uma lei geral, mas, como não há regulamentação específica para os casos de aposentadoria, entende que ela deve prevalecer. "Desse modo, seria de até 60 dias (o prazo), após o processo estar pronto para ser decidido, ou seja, devidamente instruído."

Presidente do Sindipúblico, Nylo Sérgio José Nogueira Junior diz que um dos pontos de demora é na averbação de tempo de serviço dos servidores. Segundo ele, o problema "não é de hoje" e a alegação é "falta de pessoal". Nylo Sérgio informa que em meio a um momento de turbulência, com novas regras da Previdência e servidores apreensivos, o sindicato defende uma força-tarefa, aumentando o número de profissionais que atuam nesse processo. "Precisamos que isso seja corrigido urgentemente", diz.

Bia de Lima, presidente do Sintego, afirma que já esteve com o presidente da GoiasPrev, Gilvan Cândido da Silva, e falou sobre o "absurdo da falta de estrutura de pessoal para fazer averbação". Ela afirma que apresentou como exemplo o caso de uma professora de 70 anos de idade, em que o processo tramitou por três anos. "Ora por falha do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e ora, da GoiasPrev." Segundo ela, a alegação é quanto a um mesmo problema: falta de pessoal. Conforme Bia, só na semana passada a aposentadoria da servidora mencionada foi publicada.

Segundo a GoiasPrev, casos de averbação de tempo de serviço não dependem só deles. Via nota, ainda informa que o processo de aposentadoria se inicia no órgão de origem e passa por diversas áreas dentro da GoiasPrev. Segundo a entidade, se o processo estiver devidamente qualificado, sem a necessidade de ajustes, o tempo médio para esse trâmite será entre dois e três meses. "No entanto, se for diligenciado e depender da comprovação documental apresentada pelo servidor e/ou seu órgão de origem poderá haver aumento desse tempo médio. Atualmente, isso representa apenas 20% dos processos."

No momento, a GoiasPrev informa que conta com aproximadamente 730 processos para a análise jurídica e cerca de 300 processos para a concessão de aposentadoria, onde são fixados os proventos, portaria e publicação. Estes últimos, já que estão em sua fase final, a entidade diz que demandam de 15 a 30 dias para entrega.

Quanto ao número de processo em trâmite, a GoiasPrev informa que é o mesmo fluxo observado desde 2017 "e portanto, não são em virtude da reforma previdenciária". Ao ser questionada se há algum tempo fixado por lei para responderem a análise de um benefício, cita que o único prazo estabelecido é para registro do processo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), que é de 60 dias da data de publicação da portaria para concluir todos os transmites posteriores.

Em relação às reclamações dos sindicatos quanto ao pouco quantitativo de pessoas para análise dos processos, a entidade informa que na Gerência de Concessão de Aposentadoria (Gecap), são oito pessoas, e na Gerência de Análise de Aposentadoria (Geap) são duas procuradoras, um administrativo, uma gestora jurídica e cinco analistas jurídicos. Contudo, cita que, para agilizar a análise de processos, a unidade responsável recebeu, na última semana, o reforço de mais um gestor jurídico e três analistas com carga horária de 8 horas.

SIMULADOR

Outro ponto de reclamação dos servidores apresentado pelos representantes do Sintego e Sindpúblico foi quanto a não atualização do sistema na GoiasPrev que permite verificar as possibilidades de aposentadoria após a reforma da Previdência. Até quinta-feira (13), Maria Ferreira e Nylo Sérgio informaram que a ferramenta ainda estava indisponível.

Segundo a GoiasPrev, passada a fase de adequação das novas regras previdenciárias, e após testar sua eficácia, a entidade disponibilizou ontem, em seu site institucional, o simulador de aposentadoria.

Segundo o órgão, ao acessar o simulador, o servidor obterá informações como: tempo de serviço e de contribuição, quantidade de pontos (idade+tempo de contribuição-), quais as regras para que se possa aposentar e quanto tempo precisa para atingir os requisitos de cada regra para ser elegível à aposentadoria.

Só com unidade militares sergipanos terão seus pleitos atendidos pelo governo

Os líderes das entidades que representam os policiais militares em Sergipe precisam adotar um discurso de unidade. Tem horas em que cada um parece querer defender a "sua sardinha", seja por um conflito de interesses ou por pura vaidade. É evidente que existem problemas também na estrutura da Polícia Civil - o objetivo deste comentário não é fazer comparações - mas apesar de sempre existir o contraditório, para a sociedade a impressão é que lá existe mais unidade.

É compreensivo que dentro da estrutura da PM exista um conflito entre "militares e militância". As assembleias da categoria, das associações unidas (ou desunidas) provam isso: poucos comparecem! Uma categoria que sempre lutou para manter sua representação nos parlamentos é o Magistério. A ex-deputada Ana Lucia (PT) fez história na Assembleia Legislativa, hoje muito bem substituída pelo deputado Iran Barbosa (PT), que manteve a "chama acesa" durante suas passagens na Câmara Municipal de Aracaju e na Câmara Federal.

Os militares têm três representantes na CMA atualmente: os vereadores Cabo Didi (Cidadania), Cabo Amintas (PTB) e Zezinho do Bugio (PTB) e cabe a eles liderar esse movimento naquele parlamento e junto à opinião pública. O mesmo vale para o deputado estadual Capitão Samuel (PSL), na Assembleia Legislativa. Mas mesmo com tanta "representação", a coisa não "engrena", o discurso não se alinha. São vários anos de luta por melhorias salariais, por mais valorização e melhores condições de trabalho. Mas entre eles falta unidade.

Não basta liderar os movimentos e manifestações dos militares apenas no ano da eleição! Quem elege - e reelege - é a corporação! Tem que se fazer presente sempre, levantar a bandeira sempre! É preciso mobilizar, cobrar, exigir melhorias. E aqui não se trata de um "estímulo" para que a tropa afronte o Comando da PM. Não é isso! Mas o governo do Estado já deu demonstrações de "frieza" e sem luta não há conquista! Há quanto tempo o ticket alimentação do militar é R$ 8?

Até para dialogar com o governo, para sentar-se à mesa de negociação e se impor, a família militar precisa de unidade. Os líderes de Associações e entidades devem fazer essa reflexão. O Brasil hoje é presidido por Jair Bolsonaro. Odiado por muitos, amado por milhões. Há muito tempo um presidente da República não valorizava tanto os militares. Pelo País já temos governadores, senadores, deputados federais e estaduais eleitos em 2018 nesta "tendência". Os militares de Sergipe precisam mudar a direção, precisam acreditar que podem. Em 2020 ou se unem para vencer ou vão perder sem se entenderem.

Veja essa!

As Associações Unidas da Polícia Militar, em nota, informam que a categoria decidiu unir-se às demais áreas da Segurança Pública no dia 19, no protesto programado em frente ao Palácio dos Despachos. Será um dia de mobilização, conscientização e pressão no "galeguinho".

E essa!

A mobilização é contra o atraso e a defasagem salarial grave e sem precedentes. Os profissionais da segurança pública farão doação de sangue no IHHS (Instituto de Hematologia e Hemoterapia de Sergipe) às 7 horas. Durante o ato, serão distribuídas as cartilhas do Policia Legal, ações que abrangem Policiais e Bombeiros Militares, que orientará esses profissionais a agir estritamente dentro do dever legal.

"Polícia Legal"

Na nota as Associações explicam o movimento "Polícia Legal". "São sete anos sacrificando suas famílias e agora precisa de um basta. Os militares são reféns dos bicos e dos extras pra completar sua renda. Sofrem com descaso do Governo do Estado que nada tem feito para melhorar as condições de trabalho e dar dignidade aos homens e mulheres que até aqui têm honrado com seus deveres".

Violência I

Em janeiro passado este colunista já vinha alertando sobre a "onda de violência" que tomava conta de Sergipe. Mesmo sem ser especialista no assunto, quem acompanha o dia a dia do Estado percebe essa "movimentação" do crime. Em 2019 o Brasil registrou uma "queda histórica" no número de assassinatos.

Violência II

Os números são dos pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Mas, em contrapartida, no último trimestre do ano (outubro a dezembro) um terço dos estados teve uma alta de assassinatos, e Sergipe está entre eles.

Violência III

Santa Catarina, por exemplo, teve um aumento de 23,8% dos assassinatos em comparação com o último trimestre de 2018. Os outros estados que tiveram alta foram: Rondônia, Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Amazonas, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Sergipe

No comparativo com o mesmo período de 2018, Sergipe apresentou uma alta de 4,7%, atrás apenas da Bahia (4,8%), Rondônia (9%) e Santa Catarina (23,8%). Se alguém vai avaliar apenas como uma "variação circunstancial", talvez esse crescimento tenha relação direta com a insatisfação dos profissionais da Segurança Pública, seja civil, seja militar.

Surtos

A prova é tamanha que cresceram os casos de "surtos psicológicos" de profissionais da segurança pública no Estado, chegando a colocar suas próprias vidas e de seus familiares em risco. O Governo focou apenas em "números" para reduzir os índices de violência e esqueceu-se do "homem". Hoje o quadro voltou a ficar desfavorável.

Feiras Livres

É impressionante como reina a "impunidade" em Sergipe sobre a questão das feiras livres. A licitação do serviço, que a Prefeitura de Aracaju, através da diretoria da Emsurb, prometia padronização e adequação do comércio, foi lançada em 9 de maio de 2019 e, até agora, as feiras continuam "clandestinas".

10 de Março

Em conversa com este colunista, a promotora de Justiça, Euza Missano, disse essa semana que ficou agendado para o dia 10 de março uma audiência com todos os envolvidos quando a Prefeitura de Aracaju terá que anunciar quando, verdadeiramente, vai iniciar o processo nos cinco lotes licitados, inclusive com a refrigeração, há anos exigida pelo Ministério Público.

Nada feito

No dia 12 de dezembro passado, há mais de dois meses, os representantes da Emsub e da Locazil Locações e Serviços Ltda (vencedora da concorrência para administrar 25 feiras livre da capital) se reuniram e "alinharam o cronograma de ações desse serviço", que passou a ser executado em regime de **concessão** pública.

Ordens de serviço

O problema é que, até agora, mais de dois meses da assinatura dos contratos, o prefeito Edvaldo Nogueira ainda não assinou as ordens de serviço e as feiras continuam na clandestinidade. Em recente entrevista no rádio, o presidente da Emsurb chegou a falar em um prazo para a empresa vencedora da licitação "apresentar as garantias que faria o serviço".

E a licitação?

Agora, como perguntar não ofende nunca, quando a empresa participou da licitação ela já não se declarou apta para o serviço? E a Prefeitura de Aracaju agora tem que esperar a empresa montar toda a estrutura para começar a padronizar as feiras? E onde fica o MPE? Assistindo a tudo, em cima do muro?

É ilegal!

Da mesma forma que a Coordenadoria de Polícia Civil da Capital (Copcal) realizou uma Operação recente para combater a prática ilícita de jogos de azar, a exploração clandestina das feiras, após o processo licitatório concluído, também não passa a ser um caso de Polícia? Não é ilegal do mesmo jeito?

Mais prazo?

Na audiência do dia 10 de Março, o MPE anuncia que vai cobrar um data para a PMA anunciar quando colocará os cinco lotes das feiras dentro do padrão estabelecido pela licitação, até porque, após mais de dois meses, já se pode questionar na Justiça o descumprimento do contrato pela empresa e, possivelmente, a anulação de mais uma licitação. É ou não é um "caso de polícia" essa "novela das feiras"?

Gilmar Carvalho

O pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe decidiu nessa sexta-feira (14), por seis votos a zero, indeferir o pedido de autorização do deputado estadual Gilmar Carvalho para deixar o PSC sem risco de perda de mandato. Ainda ontem Gilmar informou que recorrerá da decisão ao Tribunal Superior Eleitoral e continua pré-candidato a prefeito.

Patriotas

Também nessa sexta-feira o Patriotas, partido da vereadora de Aracaju, Emília Correa, anunciou que sua prioridade para as eleições municipais de 2020 é de eleger vereadores e vereadoras na capital e pelo interior sergipano, ou seja, ratificando uma pré-candidatura a reeleição de Emília na CMA.

Valadares Filho I

O presidente estadual do PSB, o ex-deputado Valadares Filho, agiu rápido e, como continua tendo seu nome cotado para novamente disputar a Prefeitura de Aracaju, confirmou que vai abrir o diálogo com o Patriotas.

Valadares Filho II

"Emília Corrêa é um grande quadro, um nome que engradece qualquer agremiação partidária. É uma liderança expressiva que tem serviços prestados ao povo mais pobre de Aracaju. Seu nome e seu apoio jamais devem ser desprezados. Sei da sua intenção e do seu sonho com o povo da nossa cidade, mas caso ela não dispute a PMA, acho que nós podemos iniciar uma discussão aberta e leal, algo transparente, de quem quer o melhor para o nosso povo", revelou o presidente do PSB.

Sobre Gilmar I

Já diante do resultado do pleno do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Sergipe que não autorizou a liberação para o deputado estadual Gilmar Carvalho deixar o PSC, filiar-se em outra legenda e disputar a PMA, Valadares Filho lamentou, reconhecendo a força de Gilmar, sobretudo nas camadas mais pobres de Aracaju.

Sobre Gilmar II

"Gilmar é um parlamentar e radialista que está em contínua sintonia com o povo pobre da nossa cidade. As mazelas, os problemas, o descaso da prefeitura, tudo isso chega primeiro nele, como porta voz, como homem da imprensa. Eu sei da angústia que ele deve sentir, diante dos relatos que vivencia, e também sei do seu desejo em realizar, em gerir a cidade", comentou.

Quer o apoio

Apesar de reconhecer que Gilmar Carvalho seria um "grande quadro" para a disputa na capital, se ele decidir não ser candidato, Valadares disse que também buscará seu apoio. "É hora de unificar o discurso da oposição. Pelo bem da nossa cidade! Assim como Emília, Gilmar também é um grande quadro. Confirmado que ele não será pré-candidato, vamos lutar pelo apoio dele sim. Temos compromisso com Aracaju e nossos projetos convergem em vários pontos. Acho que devemos respeitar o seu momento, mas vamos procura-lo com o intuito de construir um entendimento".

Danielle Garcia

Já sobre a pré-candidatura já lançada da delegada Danielle Garcia, Valadares Filho avalia que ela é um excelente quadro e que só valoriza a disputa pela Prefeitura de Aracaju. "É disso que a nossa cidade precisa. De boas opções para libertar o nosso povo, sair dessa mesmice! Gente com visão, com novas ideias, com disposição para construir uma cidade inteligente. Danielle é uma amiga e tem todo o direito de construir o seu espaço. Eu sempre a estimulei a entrar na vida pública".

Chama o Samu I

A coluna recebeu a denúncia de um servidor do Samu do registro de uma ambulância parada, essa semana, ao lado do Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE) com uma paciente idosa aguardando, por um bom tempo, a regulação do serviço informar para onde ela seria encaminhada. Isso sem contar o calor, tanto para a enferma quanto para os servidores!

Chama o Samu II

Enquanto isso, um município da Grande Aracaju estava completamente descoberto de atendimento, ou seja, havendo um chamado, a ambulância estaria "presa" por falta de vagas nos hospitais. Esse serviço deveria ter maior agilidade. Agora, imaginem quando o serviço for terceirizado? A paciente idosa ficará "jogada" na porta do hospital, ou não?

Ibrain Monteiro I

O deputado estadual Ibrain Monteiro (PSC), preocupado com os novos casos de câncer infanto-juvenil no Brasil, e em meio às comemorações do Dia Internacional da Luta Contra o Câncer Infantil, celebrado neste sábado (15), destaca a importância da prevenção para o diagnóstico precoce da doença. Ibrain justifica que o câncer é uma doença que vem destruindo muitas famílias, ceifando vidas e que o atraso no diagnóstico em crianças pode tornar o tratamento praticamente irreversível. O parlamentar chama a atenção dos pais para a sua preocupação.

Ibrain Monteiro II

"Neste sábado celebramos o Dia Internacional da Luta Contra o Câncer Infantil e essa é uma das bandeiras do nosso mandato. Acho que tanto o parlamento, quanto os diversos setores da imprensa devem buscar conscientizar as pessoas sobre a importância de fazer o devido acompanhamento da criança, para buscar o diagnóstico preciso", explica o deputado.

Indicação

Em novembro passado, Ibrain teve uma indicação aprovada na Assembleia Legislativa de Sergipe quando ele solicitou ao governo do Estado a criação do Serviço de Atendimento Móvel para a realização do diagnóstico precoce do câncer infanto-juvenil no Estado de Sergipe.

Campanhas

"Eu tenho conhecimento do trabalho que vem sendo realizado no Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE), por profissionais abnegados, mas nós temos que aproveitar a passagem desta data (15 de fevereiro) para intensificar as campanhas, conscientizando os pais para os principais sintomas da doença. O diagnóstico precoce tem levado a cura de diversas crianças. O tratamento de quimioterapia evoluiu muito", completou Ibrain Monteiro.

Coisas de Amparo

O município estaria promovendo um passeio do CRAS com os idosos contribuindo com R$ 5, além de cada um levar sua água e dinheiro para pagar o almoço. Agora, como perguntar não ofende nunca, será que a Secretaria de Ação Social não tem o mínimo de recurso para assumir essas despesas? Para servir aos idosos? Haja "amparo" para tanto "desamparo".

Susana Azevedo I

Para a **conselheira** Susana Azevedo, vice-presidente do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**/SE), é urgente a necessidade de renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb): "Sem o Fundo, a aprendizagem na maioria dos municípios fica inviabilizada".

Susana Azevedo II

Susana lembrou que a principal fonte de financiamento da Educação Básica no Brasil deve ser renovada até 31 de dezembro de 2020, sob pena de haver "um colapso na educação pública". "Sabemos que há propostas de emenda à constituição [PECs] que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado, embora o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tenha declarado que enviará uma proposta própria, ou seja, um debate que é urgente pode voltar à estaca zero", lamentou.

Susana Azevedo III

Recentemente a **conselheira** participou, em Brasília, da reunião do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), onde foi assinada a adesão do **TCE**-SE ao Projeto Integrar, uma iniciativa do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa que aperfeiçoa a fiscalização dos TC"s na área da educação. Na ocasião, um dos temas debatidos foi justamente a renovação do Fundeb.

Fundeb

"Corremos um imenso risco, os prazos urgem e precisamos de um projeto aprovado; ao mexermos com a espinha dorsal do financiamento educacional brasileiro, poderemos instalar o caos nessa área primordial, essencial para a redução das desigualdades", ressaltou a vice-presidente do **TCE**, lembrando que o Fundeb responde por 63% do financiamento da educação básica.

TCE I

O **Tribunal de Contas do Estado** de Sergipe (**TCE**/SE) está próximo de completar exatos 50 anos desde a sua sessão de instalação, em 30 de março de 1970. Para celebrar a data, a instituição promoverá um evento técnico com nomes de destaque, a exemplo do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro José Múcio Monteiro, do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia; e do ministro emérito do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto.

TCE II

O Congresso Comemorativo "**TCE** 50 anos - Equilíbrio Fiscal das Contas Públicas como Indutor de Efetividade de Boa Gestão", ocorrerá de 25 a 27 de março, no auditório da Corte de Contas, tendo como público-alvo membros e servidores das Cortes de Contas, bem como dos três poderes e representantes da sociedade civil. As inscrições são gratuitas e já estão disponíveis por meio do hotsite www.**tce**.se.gov.br/tce50

TCE III

"Será um grande evento, no qual vamos reunir palestrantes renomados e representantes dos diversos órgãos para discutirmos temas como corrupção, má gestão, transparência e outros mais, com destaque ainda para o controle das políticas públicas e as responsabilidades de cada um", explica o presidente do **TCE**, **conselheiro** Luiz Augusto Ribeiro. Também serão palestrantes no evento membros de outras Cortes de Contas, como os conselheiros Valdecir Fernandes Pascoal (**TCE**/PE) e Doris Coutinho (**TCE**/TO), e da **conselheira** substituta Heloísa Helena (**TCE**/GO).

Palestrantes

Juntam-se a eles ainda o procurador no Ministério Público de Contas junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira; o procurador do Ministério Público de Contas de Alagoas, Ricardo Schneider; a auditora Federal de Controle Externo do TCU, Lucieni Pereira; o secretário de Gestão de Informação do TCU, Wesley Vaz; o doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), José Maurício Conti; a procuradora do Município do Salvador (BA), Angélica Maria Guimarães; e o presidente da Comissão Especial de Direito Administrativo Sancionador da OAB nacional, Fábio Medina Osório.

DIÁRIO DA MANHÃ (15/02)



Fio Direto

SUELY ARANTES arantes.sueli@gmail.com

Ex-gestores de parque de diversões são multados por licitação irregular



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) multou dois ex-gestores estaduais no valor de R$ R$ 14.084,45, cada, por conta de irregularidades na aquisição e instalação de brinquedos no Parque Paraíso Encantado no município de Posse (GO). Thiago Melo Peixoto da Silveira, ex-secretário da extinta Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR), foi multado pelo não envio da documentação do processo administrativo que tratavam do Edital de Concorrência n. 003/2014 para execução de serviços de fornecimento e instalação de brinquedos, no valor estimado de R$ 2.999.000,00.Já o ex-superintendente executivo do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais – Funproduzir, Luiz Antônio Maronezi, foi multado por prática de ato de gestão ilegal, com infração de normas de natureza orçamentária. O relator fundamentou sua decisão no fato que as verbas do Funproduzir , destinadas à aquisição de brinquedos, não atendem o objeto social da empresa que tem a finalidade de contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial de Goiás. Além da sanção aos ex-gestores, o Acórdão n° 421/2020, aprovado por unanimidade na sessão plenária de quarta-feira, relatado pelo conselheiro Saulo Mesquita (foto) determina ao atual secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovação para que, nos processos licitatórios, efetue pesquisa junto à Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, no caso de seguro-garantia, e junto ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de fiança bancária. Um ponto que chama atenção no processo diz respeito à existência de parentesco entre os sócios das duas únicas empresas que participaram do certame.

JORNAL O HOJE ONLINE (15/02)

Oposição ao governo Caiado começa a se organizar e quer abrir CPI

da Redação

Depois de atuação desunida e isolada no primeiro ano da atual legislatura, apesar de vitórias temporárias com liminares na Justiça - todas derrubadas, a oposição ao governo de Ronaldo Caiado (DEM) espera retomar trabalhos na próxima semana com maiores número e coesão. Entre perdas e ganhos em 2019, o grupo começa as sessões com 13 parlamentares. "Com a chegada dos três que já fazem oposição clara pelas redes sociais durante o recesso, chegamos perto do número necessário (14) para abrirmos Comissão Parlamentar de Inquérito. E motivo não falta para investigar o atual governo, como a manutenção das rodovias, contratos e a secretaria de Educação, que já foi alvo de operação", defende Cláudio Meirelles (PTC). O primeiro secretário faz referência aos deputados Eduardo Prado (sem partido), Humberto Teófilo e Major Araújo (ambos do PSL), que foram retirados da base no fim do ano.

As contas

Além dos citados, compõem a oposição Alysson Lima (SD), Henrique Arantes (MDB), Lucas Calil (PSD), Antônio Gomide e Adriana Accorsi (PT), Gustavo Sebba, Talles Barreto, Hélio de Sousa e Lêda Borges (PSDB).

Tem líder?

Formalmente, o líder da minoria da **Alego** é Talles Barreto, mas a atuação entre os vários parlamentares, de diferentes partidos, é restrita. Nem mesmo a bancada tucana consegue, por vezes, ter unidade.

Motivação

"São deputados com lados diferentes e a união é difícil, mas vamos conversar. A única coisa que une mesmo é essa forma do Caiado de fazer política", constata Cláudio.

Outro patamar

Depois do secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, desmarcar reunião com Caiado, o governador garantiu que nunca buscou a conversa e que trata diretamente com Paulo Guedes e o presidente Bolsonaro.

Momento certo

O governador diz que a venda de 49% das ações da Saneago - Salim defende 51%, depende apenas de decisão do estado e que será realizada no "momento adequado".

Contrato em sigilo

"Vamos saber a hora certa e, para isso, contratamos pessoas especializadas para poderem analisar o momento adequado", disse Ronaldo.

Questionada sobre a contratação, a Saneago alega regra de silêncio definida pela CVM.

Serviço público

O Sindicado dos Docentes das Universidades Federais em **Goiás** recebe segunda-feira (17) plenária que discutirá ações conjuntas para "defesa dos serviços públicos, das empresas estatais, do Brasil e dos trabalhadores".

Autonomia

Pai do vice-governador Lincoln Tejota (Cidadania), o **conselheiro** do **TCE**, **Sebastião Tejota**, determinou que o tribunal realize novas inspeções em trechos considerados críticos das rodovias estaduais goianas.

CURTAS

- Empresas com débitos de multas aplicadas pelo Procon **Goiás** poderão renegociar os valores em Semana de Conciliação.

- O órgão abre prazo para negociações entre 9 e 13 de março, em parceria com a PGE, no Vapt Vupt do Shopping Cerrado.

- Presidente do Podemos, José Nelto convidou Bruno Peixoto para filiação e possível pré-candidatura a prefeito em **Goiânia**.